

# PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

## ARTIGO DE REVISÃO

Jhennifer Kelly da Silva<sup>1</sup>, Lais Elisa Plotegher<sup>1</sup>, Thamyres Dantas Lira<sup>1</sup>  
Maycon Carvalho dos Santos<sup>2</sup>, Giselle Saiter Garrocho Nonato<sup>3</sup>, Mauricio Vaillant Amarante<sup>3</sup>, Tammer Ferreira Zogheib<sup>3</sup>, Laêmeicy Emanuelle Gonçalves Martins<sup>3</sup>, Lucas Rodrigues Diniz<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>2</sup> Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

<sup>3</sup> Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

### RESUMO

A implantação do programa de planejamento familiar na atenção primária à saúde foi idealizado para fornecer um conjunto de iniciativas e recursos para a concepção e contracepção, com foco na prevenção de gravidezes indesejadas, e deu-se em resposta às necessidades de enfrentar os desafios associados ao controle da natalidade, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez na adolescência e comportamento sexual precoce. O objetivo desta revisão é examinar as evidências publicadas anteriormente sobre as responsabilidades do enfermeiro na educação sexual e a importância do planejamento familiar nos cuidados de saúde primários para a redução do número de casos de IST's e de gestação não intencional. Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa de natureza básica, com abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada em bases de dados científicos no período de agosto a novembro de 2023. A seleção dos artigos incluídos na revisão dá prioridade aos trabalhos relevantes publicados nos últimos dez anos, abrangendo 2013 a 2023. Os casos de infecções sexualmente transmissíveis diminuíram desde a instituição de políticas públicas de planejamento familiar, mas são necessários esforços contínuos para educar a população, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família. Embora as taxas de natalidade tenham diminuído ao longo das décadas, ainda é necessário reduzi-las, especialmente nas comunidades carentes e entre os adolescentes. Os profissionais de enfermagem que atuam na área de planejamento familiar na atenção primária desempenham um papel ativo na melhoria da qualidade de vida sexual da população, através de educação em saúde individual e em grupo e aconselhamento de enfermagem.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Contracepção, Educação sexual, Gravidez na adolescência, Planejamento familiar.

### INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) integra conjuntos de ações direcionadas para a promoção, proteção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e redução de danos à saúde, envolvem as práticas assistenciais focado no indivíduo, família e comunidade (BRASIL, 2017).

As iniciativas de educação em saúde são reconhecidas como uma das ações mais significativas na APS, por isso, podem ser consideradas como uma série de condutas que aumentam a autonomia e o conhecimento da população, com o objetivo de promover o cuidado humanizado e integral (VENTURA et al., 2022).

No Brasil, a implementação da educação sexual e reprodutiva surgiu como resposta à necessidade de enfrentar os desafios relacionados ao controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), à gravidez na adolescência e à introdução sexual precoce. O planejamento familiar, lançado nos anos 90, promoveu a propagação de métodos contraceptivos e iniciativas inovadoras que acarretam a

redução das taxas de natalidade (ALMEIDA et al., 2017).

Tanto a Constituição Federal quanto a Lei nº 9.263, datada de 12 de janeiro de 1996, estabelece que é dever do Estado criar condições para que homens e mulheres tenham acesso a informações, recursos, métodos e técnicas que possibilitem o controle de sua capacidade de reprodução.

O planejamento familiar é uma medida que visa garantir que os indivíduos tenham o direito de determinar livremente o número de filhos que desejam e o momento apropriado para tê-los. Este passo é fundamental para garantir a autonomia reprodutiva, concedendo as informações de que necessitam para planejar a sua vida familiar (MACHADO, 2023).

O estabelecimento do programa de planejamento familiar tem como objetivo proporcionar um conjunto abrangente de iniciativas, outorgando recursos para a concepção e contracepção, com ênfase na prevenção da gravidez indesejada, e a disponibilização de meios para atingir esses objetivos. Esses recursos se baseiam em fundamentos científicos sólidos, sem comprometer a saúde e a vida da mulher ou do casal, garantindo a independência na escolha. No contexto de um planejamento familiar eficaz, a orientação exerce parte elementar na prestação de assistência de qualidade (RETS, 2022).

A enfermagem tem papel fundamental na equipe multidisciplinar para a redução desses dados através da Estratégia Saúde da Família (ESF) que tem o desafio de abordar esse assunto com o público-alvo (LOPES et al., 2020).

O profissional de enfermagem da atenção básica deve educar e orientar sobre as políticas de proteção familiar, enfatizando seus benefícios, como a instrução sobre o uso adequado de contraceptivos e a prevenção da transmissão de infecções sexuais, bem como o tratamento (DOMBROWSKI; PONTES; ASSIS, 2013)

A escolha do tema ocorreu devido aos preocupantes índices de gestações não planejadas e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre a população, despertando assim o interesse em investigar as ações do programa de planejamento familiar na atenção básica e o papel da enfermagem na redução dessas estatísticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Pesquisas sobre esse tema são essenciais para o avanço do conhecimento, portanto, é de suma importância para a saúde pública analisar os dados e ponderar sobre as causas subjacentes, a fim de oferecer uma resposta significativa à sociedade.

Este estudo aborda uma questão merecedora de atenção das equipes de saúde e da sociedade, amplia a compreensão das atividades de educação em saúde no contexto da sexualidade e, além disso, destaca a relevância do planejamento familiar, trazendo benefícios à comunidade científica enriquecendo a discussão sobre o tema.

Dessa forma, o objetivo principal desta revisão é analisar as evidências já publicadas sobre as responsabilidades do enfermeiro na educação sexual e a importância do planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão narrativa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, coletados nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Científica Eletrônico Library Online (SCIELO), a triagem dos artigos ocorreu no período de agosto a outubro de 2023, utilizando os descritores "planejamento familiar", "atenção primária à saúde" e "assistência de enfermagem" em inglês e português, disponibilizado em texto completo, publicados na última década, entre 2013 a outubro de 2023.

A seleção dos estudos foi realizada com base em critérios predefinidos, utilizando descritores associados por meio de operadores booleanos como "AND", "OR" e "NOT", bem como operadores de separação como asteriscos (\*), parênteses e aspas (""). Esses critérios foram aplicados nas plataformas de busca e recuperação de publicações científicas, permitindo traçar um panorama geral do conteúdo da literatura existente. A seleção dos artigos incluídos analisou os títulos, seguido dos resumos, com pré-seleção daqueles que esclarecesse os objetivos da pesquisa, e respondesse à questão norteadora: Qual a atuação do enfermeiro no programa de planejamento familiar nas unidades de atenção primária à saúde?

Como critérios de inclusão e exclusão, foram escolhidos artigos que abordavam o planejamento na atenção primária à saúde, com texto completo disponível para análise, publicados nos últimos 10 anos nos idiomas português e inglês, e encontrados por meio do descritor em Ciências da Saúde (DeCS).

Após a busca nas bases de dados, e seguindo os descritores e critérios pré-definidos pelas autoras, foram recuperados inicialmente 142 artigos. Em seguida, procedemos à análise dos títulos e resumos desses estudos, o que levou a redução desse número para 56. Além disso, realizamos uma avaliação crítica completa de todos os artigos com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa. Após essa etapa, conseguimos selecionar 14 artigos que atendessem aos critérios estabelecidos.

O propósito central desta revisão foi aprofundar a compreensão do planejamento familiar no contexto da atenção primária à saúde, abordando os fundamentos legais dessa prática, bem como uma análise das ações realizadas nesse âmbito, além disso, foram apuradas a atuação e responsabilidades do enfermeiro na promoção da educação sexual na esfera do planejamento familiar.

A revisão narrativa tem como finalidade apresentar um quadro teórico qualitativo com base na literatura atualmente publicada, sem a pretensão de esgotar completamente o tema referido. Ela aborda uma ampla conceituação de um tópico relevante em estudo, reunindo fontes de livros, artigos e outras produções científicas (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Ao delinear a condição atual do conhecimento sobre o tema, a revisão narrativa integra o papel de manter os pesquisadores atualizados e promover a constante renovação dos conhecimentos, como destacado por Martins em 2018.

## **DESENVOLVIMENTO**

A amostra final da revisão foi composta por 14 artigos (quadro 1). Os resultados encontrados estão apresentados na tabela abaixo de forma descritiva.

**Quadro 1 – Amostragem dos artigos selecionados**

NUMERAÇÃO	ARTIGO	RESULTADO
01	ALMEIDA, Rebeca A. A. S. A. et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Revista brasileira de enfermagem. São Luís - MA, ed. 5, p.1087-1094, 2017.	Ficou evidente a urgência de iniciativas educativas de prevenção específicas para adolescentes, uma vez que a ausência de informação os tornam mais suscetíveis a riscos.
02	CORRÊA, Daniele A. S. et al. Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. Revista de Saúde Pública, ed.51, p. 1-10, 2017.	No Brasil cerca de 60,0% das mulheres em idade reprodutiva fazem uso de algum método contraceptivo, sendo os anticoncepcionais orais (ACO) e a esterilização feminina sendo os métodos mais frequentemente adotados.
03	MARANHÃO, Thatiana A.; GOMES, Keila R. O.; BARROS, Idna C. Fatores preditores do abortamento entre jovens com experiência obstétrica. Revista Brasileira de Epidemiologia, ed.19, v.3, p.494-508, 2016.	Jovens que vivenciaram duas ou mais gestações apresentam probabilidade aumentada de recorrer ao aborto.
04	BEZERRA, Isaac N. M. et al. Ações de educação em saúde e o planejamento familiar: um relato de experiência. Revista Ciência Plural, ed.4, v.3, p.82-90, 2018.	A educação em saúde tem se mostrado uma ferramenta importante na construção de conexões entre profissionais e usuários, bem como uma potencializadora da transferência de conhecimento e da escuta.
05	NASCIMENTO, Marcia S. LIPPI Umberto G, SANTOS Álvaro S. Vulnerabilidade social e individual e a gravidez na adolescência. Revista de Enfermagem Atenção Saúde, ed.7 p.15-29, 2018.	A gravidez na adolescência está associada à falta de informações, orientação e educação sobre sexualidade, e dificuldades de acesso aos serviços de saúde e aos métodos contraceptivos e baixa condição socioeconômica.
06	MOURA, Samy L. O. et al. Percepção das mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. Revista Escola Anna Nery, ed. 1, v.25, 2021.	A maioria das mulheres vê o uso do preservativo como uma medida para evitar uma gravidez não planejada, em vez de considerá-lo como uma forma de prevenção contra ISTs.
07	FERREIRA, Rebeca V. COSTA, Mônica R.; MELO, Delaine C. S. Planejamento familiar: gêneros e significados. Textos & Contextos (Porto Alegre), ed. 13, v. 2, p. 387–397, 2014.	As mulheres entendem que o planejamento familiar se resume apenas ao uso de métodos contraceptivos, o que prejudica a discussão aberta sobre o planejamento familiar.
08	DOMBROWSKI, Jamille G.; PONTES, Jéssika A.; ASSIS, Walédya A. L. M. Atuação do enfermeiro	A seleção de um método contraceptivo pelos enfermeiros é baseada nas preferências e na anamnese do paciente os informando sobre

	na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, ed. 6, v. 66, p. 827-832, 2013.	os benefícios e eficiência de cada método.
09	LOPES, Olivia C.A et al. Competências dos enfermeiros na estratégia de Saúde da Família. Revista Escola Anna Nery, ed.24 v.2,p.1-8, 2020.	É necessário que os profissionais busquem ampliar seu conhecimento e competência técnica, além de desenvolver habilidades ético- políticas e de gestão no contexto da saúde, assumindo um papel de liderança para garantir a qualidade do cuidado.
10	RIOS Giovana M.B., et al. Papel do planejamento familiar na atenção primária à saúde: métodos mistos de análise de dados. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, ed. 18, v. 45, p. 3429, 2023.	O Programa de planejamento familiar (PF) não é devidamente divulgado no âmbito da saúde pública, visto que muitos dos participantes não têm conhecimento sobre o programa. A maior parte das pessoas que teve contato com o PF somente após o nascimento do primeiro filho, evidenciando uma lacuna na implementação das medidas de educação sexual propostas pelas iniciativas de saúde.
11	TELO Shana V. WITT Regina R. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. Revista Ciência e Saúde Coletiva, ed.23, v. 11, p.3481-3490, 2018.	Foram identificadas competências que abordam a colaboração em rede, enfatizando a importância da continuidade no atendimento e da implementação de ações que interagem com diferentes setores para promover a saúde sexual e reprodutiva.
12	RIBEIRO, Amanda G. Gravidez na adolescência e o papel da enfermagem. Monografia (Curso Técnico em Enfermagem) - Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde - Escola GHC, Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016.	A gravidez na adolescência ainda carece de uma comunicação clara e aberta, tanto por parte dos profissionais de saúde quanto pelos usuários dos serviços.
13	TRINDADE, Raquel E. et al. Uso de contracepção e desigualdades no planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. Revista Ciências e Saúde Coletiva, ed. 26, p. 3493-3504, 2019.	3,7% das mulheres no Brasil não estão evitando a gravidez porque não têm conhecimentos sobre os métodos contraceptivos disponíveis, onde buscá-los ou a quem procurar para obter orientações detalhadas.
14	VENTURA, Hemilly N. et al. O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa. Revista Enfermagem Atual In Derme, ed. 96. v. 40. p.1-10. 2022	O planejamento reprodutivo está interligado com a educação em saúde, atuando como uma ferramenta essencial na prevenção de gravidez indesejada. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel como intermediário entre os serviços de saúde e a comunidade, trabalhando para desenvolver estratégias mais eficazes na promoção dos direitos à saúde sexual e reprodutiva.

Fonte: BVS, LILACS, BDEF, SCIELO, 2013-2023.

Os artigos 01 e 05, evidenciaram que os adolescentes têm maior suscetibilidade ao

risco de gravidez na adolescência devido à ausência de educação sexual, dificuldades no acesso aos serviços de saúde e métodos contraceptivos e condições socioeconômicas e culturais desfavoráveis. Além disso, o artigo 03 indicou maior predisposição ao aborto quando ocorre gravidez durante a adolescência, o que claramente exige uma atenção ampliada por parte dos profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS), conforme demonstrado no artigo 12.

O artigo 13 revelou que 3,7% das mulheres no Brasil não estão evitando a gravidez devido à sua falta de informação sobre os métodos contraceptivos disponíveis, bem como à falta de conhecimento sobre onde acessá-los e a quem recorrer para obter orientação adequada.

A maioria das mulheres desconhece a existência do programa de planejamento familiar ou apenas entra em contato com ele após a segunda gravidez, o que denota uma divulgação insuficiente da iniciativa na área da saúde, conforme ilustrado no artigo 10.

Entre as mulheres que utilizam algum método contraceptivo, a maioria opta pelo uso de anticoncepcionais orais e esterilização cirúrgica, conforme mencionado no artigo 2. O preservativo, por sua vez, é considerado, exclusivamente, um método contraceptivo pelas mulheres, sem ser visto como uma medida de precaução contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), conforme indicado no artigo 6.

O planejamento familiar é mal compreendido por parte das mulheres, o que dificulta uma abordagem integral, conforme discutido no artigo 7. A escolha do método contraceptivo baseia-se na anamnese clínica e na decisão do paciente, de acordo com o que é destacado no artigo 8.

Por fim, os artigos 4, 9, 11 e 14 reforçam o papel essencial dos profissionais de saúde na educação sexual como medida preventiva de gravidezes não planejadas, destacando a importância dessa atuação como a principal ferramenta de transferência de conhecimento. Tal incumbência requer dos profissionais competência técnica e habilidades ético-políticas.

### **O planejamento familiar na Atenção Primária À Saúde**

As iniciativas executadas no âmbito do Sistema Único de Saúde com o objetivo de garantir a estabilidade das famílias desde o momento de sua formação ocorrem por meio do suporte ao planejamento familiar (PF). Essa responsabilidade recai principalmente sobre as equipes que compõem a Estratégia Saúde da Família (ESF), que é o principal modelo de atenção primária à saúde (APS) no Brasil (RIOS et al., 2023). Essas unidades possuem uma equipe de profissionais de saúde altamente capacitados que trabalham de forma colaborativa, estabelecendo um forte elo com a comunidade (BEZERRA et al., 2018).

O planejamento familiar (PF) envolve a disponibilização de recursos destinados à concepção e à prevenção da gravidez, através de abordagens orientadas pelos profissionais de saúde, garantindo às pessoas o direito de fazer escolhas embasadas, utilizando métodos respaldados pela ciência e que não apresentam um risco substancial a saúde e qualidade de vida (JÚNIOR; BARBOZA, 2021).

Para alcançar esse objetivo, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza diversas

alternativas de métodos contraceptivos e implementa ações que apoiam o planejamento sexual e reprodutivo. Essas medidas visam auxiliar aqueles que desejam conceber, oferecendo orientações relevantes, ao mesmo tempo em que contribuem para evitar gravidez indesejada, fornecendo informações essenciais e acesso a recursos contraceptivos, bem como prevenindo as infecções sexualmente transmissíveis (UNA-SUS, 2015).

Segundo a legislação nº 9.263/1996 art.2, o planejamento familiar é constituído pelo “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. O Ministério da Saúde (MS) preconiza que as iniciativas de planejamento familiar (PF) devem compreender ações educativas, orientativas e clínicas, de maneira integrada, para garantir o acesso ao direito fundamental de decidir sobre a reprodução. As atividades educativas, tanto em grupo quanto individualmente, visam fornecer informações sobre contracepção e sexualidade. O aconselhamento pressupõe atender as necessidades individuais, avaliar o risco de infecções sexualmente transmissíveis em indivíduos e casais, e enfatizar a importância da ação conjunta de profissional e usuário. Na vertente clínica, as ações incluem a coleta de dados, avaliação física, realização de exames complementares preventivos ou diagnósticos, tratamentos e a eleição de um método contraceptivo (RIOS et al., 2023).

### **As responsabilidades do enfermeiro no programa de planejamento familiar**

Conforme estabelecido na Portaria nº 2436/2017, a função do enfermeiro engloba a prestação de cuidados de saúde a indivíduos em diversos contextos comunitários e ao longo de todas as fases da vida. Além disso, o enfermeiro realiza intervenções de enfermagem e procedimentos de acordo com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, assim como outras normativas técnicas prescritas pelas autoridades federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal. Tais práticas são conduzidas em estrita conformidade com os regulamentos legais que regem a profissão. Adicionalmente se encarrega de estruturar um plano de cuidados adequado para condições clínicas específicas e para atividades em grupo, fazendo uso da rede de serviços disponíveis no respectivo território (BRASIL, 2017).

O profissional mais indicado, com base em suas atribuições, para conduzir as estratégias e ações destinadas a promover a saúde e a qualidade de vida é o enfermeiro. Tal recomendação se fundamenta no fato de que o enfermeiro possui uma base sólida de conhecimentos teóricos e metodológicos essenciais para uma prática eficaz. Além disso, ele mantém um contato direto com os pacientes nos diversos contextos sócio ocupacionais, permitindo-lhe transmitir seu conhecimento acerca dos temas relevantes que surgem no cotidiano (LOPES et al., 2020).

Ferreira, Costa e Melo (2014) endossam essa afirmativa, uma vez que é o enfermeiro quem desempenha um papel central no planejamento, na orientação e no acompanhamento das informações relacionadas às técnicas de concepção, contracepção, gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

O enfermeiro que atua na Atenção Básica à Saúde tem a importante responsabilidade de fornecer informações e direcionamentos acerca das políticas de

amparo à família. É fundamental destacar os benefícios dessas políticas, incluindo a orientação sobre métodos contraceptivos adequados e a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, bem como a promoção do tratamento quando necessário (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Krug et al. (2020) destaca as seguintes funções do enfermeiro dentro do programa de planejamento familiar: Realizar consultas de Planejamento Familiar, tanto a primeira consulta quanto às subseqüentes, para homens, mulheres e/ou casais inscritos no programa da Unidade de Saúde; Promover ações educativas relacionadas ao Planejamento Familiar; Realizar coletas de citologia oncótica de acordo com o protocolo previsto; Agendar retornos dentro do prazo previsto, que geralmente será inicialmente em um mês, tanto para acompanhamento pré concepção quanto ao uso de métodos contraceptivos; Registrar todas as orientações e intervenções realizadas no prontuário do paciente.

Do mesmo modo, esses profissionais são essenciais na integração entre os setores de saúde e educação, com o objetivo de reduzir a taxa de gravidez na adolescência, é essencial criar um ambiente acolhedor de promoção e proteção, com a enfermagem desempenhando um papel central, devendo se basear em ações que respeitem os princípios de atenção, tais como respeito, privacidade, confidencialidade e sigilo, para fortalecer a autonomia dos adolescentes. Essa abordagem possibilita o estabelecimento de vínculos sólidos e um ambiente seguro, permitindo que os adolescentes adotem comportamentos mais responsáveis em relação à sua vida sexual (RIBEIRO, 2016).

A articulação entre saúde e educação é uma ótima ferramenta que contribui para redução de vulnerabilidades de adolescentes e jovens em relação às IST, HIV/Aids, hepatites virais e à gravidez na adolescência (TELÓ; WITT, 2018).

Ao longo dos anos, muitas famílias enfrentam desafios na construção de sua descendência familiar devido à falta de conhecimento em educação sexual. Trata-se de um tema que demanda habilidades e destreza para esclarecer os direitos reprodutivos e sexuais de forma humanizada, sem constranger o paciente, uma vez que é um assunto frequentemente envolto em tabus na sociedade brasileira (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Maranhão, Gomes e Barros (2016) acrescentam que, devido a esses fatores, muitas mulheres e casais enfrentaram insatisfações pessoais, conflitos socioeconômicos, ocorrência de abortos, gestações não planejadas e aquisição de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Nesse contexto, a relevância do planejamento familiar e o papel do enfermeiro na equipe multidisciplinar e na Atenção Primária à Saúde (APS) se tornam evidentes, visando facilitar a compreensão por parte do público-alvo do programa.

Dombrowski; Pontes; Assis (2013) evidenciaram, por meio de sua pesquisa, a necessidade de capacitação em planejamento familiar para os enfermeiros que atuam na unidade básica de saúde. Além disso, enfatizaram a importância do aumento contínuo na oferta de serviços à comunidade, incluindo a inserção de ações direcionadas aos homens. Também destacaram a importância da criação e manutenção de espaços na atenção básica, a fim de que os enfermeiros possam



assumir plenamente suas responsabilidades clínicas e desenvolver uma abordagem ampliada. No entanto, é notável que a assistência em planejamento familiar ainda não atingiu o patamar ideal. Este serviço não recebe prioridade necessária e é frequentemente executado de forma isolada. Durante a pesquisa, foram identificadas deficiências na prestação de serviços de planejamento familiar, com ações que tendem a ser unilaterais e pouco coordenadas, o que dificulta a abordagem integral da saúde dos usuários.

### **Estratégias implementadas pelo planejamento familiar para reduzir o índice gravidez não planejada e sua eficiência**

A gravidez representa um processo que acarreta mudanças significativas na vida de um indivíduo, abrangendo alterações corporais, mentais, hormonais, financeiras e sociais. É compreensível que, em algumas circunstâncias, a gravidez não esteja de acordo com o planejamento de vida de uma pessoa, influenciada por uma variedade de fatores. A problemática da gravidez indesejada é frequentemente associada aos adolescentes, uma vez que estes muitas vezes iniciam sua vida sexual de maneira precoce e sem acesso às informações fundamentais sobre cuidados e prevenção (BATISTA, 2021).

Acerca da gravidez não planejada, com base na pesquisa realizada pela Bayer em conjunto com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC) foi revelado que cerca de 62% das mulheres já tiveram pelo menos uma gravidez não planejada no Brasil, o percentual brasileiro ficou muito acima da taxa média mundial de gestações não intencionais, que é de 40% (BAYER, 2022).

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem aprovado diversos métodos contraceptivos incluindo anticoncepcionais orais e injetáveis, como a "pílula combinada"; o diafragma; a pílula anticoncepcional de emergência (ou pílula do dia seguinte); o Dispositivo Intrauterino (DIU); bem como preservativos femininos e masculinos. Além disso, métodos cirúrgicos como a laqueadura e a vasectomia estão entre as opções disponíveis (BRASIL, 2020a).

Os adolescentes têm o direito de acesso aos métodos contraceptivos, garantindo-se a confidencialidade e o sigilo em relação à sua prática sexual e à prescrição de métodos contraceptivos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não é obrigatória a obtenção do consentimento ou a participação dos pais ou responsáveis nas consultas (UNA-SUS, 2015).

Desde 2019, o número de mães adolescentes de 10 a 19 anos diminuiu em média 18%, é o que mostra levantamento do SINASC, do governo federal. O número de casos registrados em 2018 foi de 456,1 mil, enquanto em 2020 ocorreram 380,7 mil gestações nesta fase da vida. Comparativamente a 2010, trata-se de uma diminuição de 31% (552,6 mil registros). Porém, mesmo com esse declínio, os números ainda são elevados e comprometem o desenvolvimento e a saúde de crianças e adolescentes (BRASIL, 2022<sup>a</sup>).

De fato, após a implementação do programa de planejamento familiar no país, observou-se uma significativa redução de 30% nas taxas de gravidez indesejada.

Além disso, a adesão das mulheres a algum tipo de método contraceptivo aumentou, atingindo uma prevalência de 20% (DOMBROWSKI; PONTES; ASSIS, 2013).

Outra estratégia de redução implementada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em colaboração com os Ministérios da Saúde, Educação e Cidadania, consiste na elaboração do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco de Iniciação Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência. Este plano amplia a política nacional destinada a evitar a atividade sexual prematura e a ocorrência de gestações precoces (BRASIL, 2022<sup>b</sup>).

A maioria das mulheres brasileiras não têm acesso a métodos anticoncepcionais de longa duração que dependam menos da “memória” da usuária. Essa falta está na raiz do alto índice de gravidez indesejada no Brasil, de acordo com Carolina Sales Vieira, pesquisadora e médica do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. A Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz entre 2011 e 2012 em sua pesquisa destacou que mais de 55% das mulheres brasileiras com filhos não planejaram a gravidez. Esta taxa é superior à média mundial de 40% de gravidez não planejada. Além disso, mais de 500 mil abortos clandestinos são realizados anualmente no Brasil devido a gravidez indesejada, segundo a Pesquisa Nacional de Aborto (ANAHP, 2018).

Pode-se concluir que a gravidez não planejada é um problema de saúde pública complexo, uma vez que suas causas e consequências são multifatoriais. Portanto, requer ações e estratégias por parte das autoridades públicas competentes para conscientizar a população, conforme destacado por ALMEIDA et al., (2017).

Segundo relatório conjunto da Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), aproximadamente 930 adolescentes dão à luz no Brasil todos os dias, por um total de mais de 434.500 mães adolescentes a cada ano. Esse número já foi alto e agora está diminuindo. Mesmo assim, o Brasil ainda tem a maior taxa de natalidade entre os países da América Latina e do Caribe, com 68,4% nascidos vivos por 1.000 adolescentes e adultos jovens (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Um estudo publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostrou que a gravidez na adolescência entre meninas com menor escolaridade, renda mais baixa e menor acesso aos serviços públicos é mais comum e são colocados em uma posição mais vulnerável na sociedade. De acordo com a pesquisa Nascer de 2016 do Ministério da Saúde do Brasil, 66% das gestações na adolescência são indesejadas. Além disso, de acordo com dados da PNAD 2013, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, aproximadamente 75% das mães adolescentes estão fora da escola, o que pode ter consequências sociais e econômicas, bem como emocionais, para as mães adolescentes (OPAS, 2018).

Os recém-nascidos estão em risco, segundo aponta o estudo do Saúde Brasil, revelando que as taxas de mortalidade infantil eram mais altas entre mães jovens (menores de 19 anos), com 15,3% de mortes por 1.000 nascidos vivos (acima da taxa

nacional de 13,4%). Isso porque além da imaturidade biológica, condições socioeconômicas adversas podem influenciar os resultados obstétricos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Segundo estudos do ministério da saúde a adesão ao programa de planejamento familiar resultou na redução das gestações não planejadas, na diminuição dos índices de abortos inseguros e, conseqüentemente, na diminuição da mortalidade materna (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

### **A eficácia da atuação da educação sexual para a diminuição das infecções sexualmente transmissíveis**

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são contraídas por conta de vírus, bactérias ou outros microrganismos e transmitidas por meio das relações sexuais sem a utilização de preservativo (feminino ou masculino), esta transmissão pode vir a ser de forma oral, vaginal, anal ou até em casos incomuns pelo contato de mucosas ou pele, com um dos indivíduos infectados (ALMEIDA et al., 2017).

É importante ressaltar que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento, diagnóstico e tratamento gratuitos para as ISTs. A identificação e o tratamento adequado dessas infecções são fundamentais, pois quando não tratadas devidamente, podem resultar em sequelas graves e, em casos extremos, até mesmo levar à morte (FIOCRUZ, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou dados que revelam que mais de 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis são registrados diariamente em todo o mundo entre pessoas com idades de 15 a 49 anos. Esse número corresponde a um total de mais de 376 milhões de novos casos anuais de quatro tipos de infecções – clamídia, gonorreia, tricomoníase e sífilis (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Segundo o Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, a maioria dos casos notificados de sífilis adquirida concentra-se predominantemente no sexo masculino (60,6%) e nas faixas etárias de 20 a 29 anos (35,6%) e 30 a 39 anos (22,3%). A relação de gênero masculino/feminino (M:F) tem mantido uma taxa em torno de 1,5 (15 homens para cada dez mulheres com sífilis); contudo, no período de 2020 e 2021, essa relação aumentou para 1,7 (17 homens para cada dez mulheres com sífilis). Entre os adolescentes, com idades entre 13 e 19 anos, observou-se um aumento de 2,2 vezes nos casos de sífilis adquirida ao comparar os anos de 2015 e 2021. Em 2021, o número de casos de sífilis em adolescentes do sexo feminino superou o número de casos entre os adolescentes do sexo masculino, resultando em uma relação M:F de 0,7 (sete homens para cada dez mulheres com sífilis), Em contraste, observou-se que nas faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos, a relação entre os casos de sífilis no sexo masculino e feminino foi de 1,9 (19 homens para cada dez mulheres com sífilis) e 2,2 (22 homens para cada dez mulheres com sífilis), respectivamente (BRASIL, 2022d).

Segundo divulgação do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DVIHV) o quantitativo de homens com a HIV/Aids é maior do que entre as mulheres, ao qual o percentual dos homens ficou

em torno de 26,9% em 2018 e nas mulheres em torno de 11,2% do mesmo ano, o número de gestantes com HIV/AIDS foi fechado em 3,0% em 2021 (BRASIL, 2022<sup>e</sup>). No Brasil, tem sido observada uma redução no número de casos de infecção por HIV/Aids ao longo dos anos. Entre 2012 e 2019, houve uma queda significativa de 18,7% no número de casos. Além disso, de 2015 a 2019, a taxa de mortalidade relacionada à Aids também diminuiu, destacando a importância das ações de prevenção, testagem e tratamento na redução dos casos e mortes relacionadas à doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020<sup>b</sup>).

De acordo com o Ministério da Saúde, estima-se que cerca de 10 mil casos de Aids tenham sido evitados no país durante o período de 2015 a 2019. Essa redução é mais evidente entre os jovens de 25 a 39 anos, representando a maioria dos casos registrados, com 52,4% no sexo masculino e 48,4% no sexo feminino. Esses dados ressaltam a importância contínua das estratégias de prevenção e tratamento no combate à disseminação do HIV/Aids no Brasil (BRASIL, 2022<sup>c</sup>).

Conforme um estudo conduzido pela Secretaria de Vigilância em Saúde, foi constatada uma redução de 26,5% na taxa de detecção de casos de sífilis adquirida em 2020 em comparação com o ano de 2019. De acordo com o relatório, a cada 100 mil habitantes, 54,5% testaram positivo para sífilis adquirida. Notavelmente, a maior parte das notificações ocorreu em indivíduos com idades entre 20 e 29 anos. Em 2019, o Brasil havia registrado 74,2% de casos a cada 100 mil pessoas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

O projeto "Sífilis Não" contribuiu para a diminuição dos casos de detecção de sífilis no Brasil, como indicado pelo boletim epidemiológico. Essa redução é resultado da transformação de comportamentos na sociedade, impulsionada pelas políticas públicas e ações efetivamente implementadas (LAIS, 2021).

Foi constatado que jovens e adolescentes precisam de orientação devido a lacunas em seu conhecimento sobre a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), o que resulta em altas taxas de infecções nessa faixa etária, portanto, torna-se uma prioridade na Atenção Primária à Saúde (APS) o atendimento a essa população, adotando abordagens educacionais específicas e direcionadas a esse grupo. Isso deve ser feito sem julgamentos ou repreensões, destacando a importância de capacitar os profissionais de saúde para melhor atender a essa comunidade (TELO; WITT, 2018).

### **Métodos contraceptivos disponibilizados pelo sistema único de saúde e sua efetividade**

Mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) usuárias do SUS podem, teoricamente, escolher entre sete métodos além do preservativo: injeções mensais ou trimestrais, pílulas combinadas, diafragmas e Dispositivo Intrauterino de cobre (DIU). A laqueadura, uma forma de esterilização, pode ser feita se a mulher tiver mais de 21 anos e/ou dois filhos, e para os homens a vasectomia seguindo o mesmo critério. A pílula do dia seguinte deve ser fornecida gratuitamente a qualquer pessoa que relate que teve relações sexuais desprotegidas ou que o preservativo falhou. Na prática, porém, conseguir a inserção do DIU é difícil e em alguns estados o método nem

sequer está disponível. Há também falta de injeções trimestrais nos centros de saúde e longos tempos de espera para vasectomia e ligaduras das trompas de Falópio, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, segundo relatos de pacientes, autoridades de saúde e especialistas (ANAHP, 2018).

A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 constatou que 80,5% das mulheres sexualmente ativas de 15 a 49 anos que menstruaram nos últimos 12 meses usaram algum tipo de contracepção para prevenir a gravidez. Entre os métodos escolhidos 22,9% optaram pela esterilização (17,3% das mulheres pela laqueadura tubária, e 5,6% dos homens pela vasectomia), 4,4% usaram dispositivo intrauterino (DIU), 9,8% utilizaram injeções e 40,6% pílulas anticoncepcionais. Além disso, 20,4% usaram preservativos masculinos, 0,6% escolheram outros métodos modernos (por exemplo, preservativos femininos, anéis vaginais, adesivos etc.) e 1,2% usaram alguns métodos tradicionais (por exemplo, interrupção do coito ou tabelinha) (IBGE, 2021).

Entre adolescentes sexualmente ativos, 40,5% optam pelo uso de preservativos. Aproximadamente 38% indicaram médicos e enfermeiros como os principais responsáveis por fornecer informações sobre métodos contraceptivos, ao passo que, em relação ao planejamento familiar, 20,8% mencionaram os membros da família como principais fontes de orientação, 29% afirmaram não ter recebido alguma instrução sobre o assunto (ALMEIDA et al., 2017).

No Brasil, cerca de 70% das mulheres utilizam um desses métodos contraceptivos, sendo o Anticoncepcional Oral (ACO) e a esterilização feminina os mais utilizados. Porém, a eficácia dos ACO é limitada por fatores como o uso correto, horário de ingestão prescrito, esquecimento, o que pode reduzir sua eficácia se não seguido, além disso, em alguns organismos, esses ACO podem promover certos tipos de efeitos adversos, como as pílulas orais são produzidas a partir dos hormônios progesterona e estrogênio sintéticos (CORRÊA et al., 2017).

Apesar da eficácia dos contraceptivos orais, é preocupante o número de gravidez não planejada devido ao uso incorreto ou inconsistente da pílula, uma vez que esse é o método mais amplamente utilizado pelas mulheres brasileiras. Além disso, a democratização do acesso às cirurgias de esterilização, combinada à limitada variedade e acesso aos métodos contraceptivos fornecidos pelo SUS para mulheres em situação de maior vulnerabilidade, contribui para a predominância desse método na população (MURAKAMI, 2021).

Embora a vasectomia seja considerada uma das formas mais eficientes de contracepção nos países desenvolvidos, seu uso não é tão difundido em países em desenvolvimento como o Brasil, isso pode ser atribuído à vastidão do território brasileiro, que dificulta a prestação de serviços de saúde eficazes, principalmente na área da saúde reprodutiva masculina (RETS, 2022).

Para Trindade et al. (2019), essa disparidade ocorre porque, desde sua implementação no Brasil, o Programa de Planejamento Familiar focou principalmente nas mulheres. Historicamente, a responsabilidade pelo controle da reprodução e pelos métodos contraceptivos disponíveis pelo Sistema Único de Saúde recai sobre as mulheres, mesmo que o programa originalmente visava tanto homens quanto mulheres. Como resultado, muitas vezes a vasectomia é considerada uma opção

apenas quando a mulher tem contraindicações para outros métodos contraceptivos. No entanto, é crucial que essa atuação seja abrangente, direcionada não apenas às mulheres, como é frequentemente percebido, mas também aos homens, com o objetivo de englobar toda a população e distribuir responsabilidades relacionadas à saúde entre todos os envolvidos. Somente dessa forma, será possível efetivamente reduzir a transmissão das Infecções Sexualmente Transmissíveis e as taxas de gestações não planejadas (MOURA et al., 2021). É de extrema importância o engajamento dos homens na promoção da paternidade responsável, na prevenção de gestações não planejadas e na proteção contra IST/HIV/Aids (UNA-SUS, 2015).

## **CONCLUSÃO**

O nível de conhecimento relacionado ao planejamento familiar ainda não é adequado, pois os dados revelaram uma alta incidência de gestações não planejadas. É primordial investir em orientação e educação desde a adolescência, garantindo que os indivíduos adquiram conhecimentos e informações para que, no futuro, a decisão de ter filhos seja consciente.

A pesquisa nos conduz, enquanto profissionais de saúde, a avaliar sobre a qualidade da assistência que prestamos. É nossa responsabilidade oferecer orientações direcionadas, focadas no bem-estar do paciente e não em procedimentos padronizados. Devemos humanizar o atendimento e permitir que as pessoas tomem decisões informadas sobre métodos contraceptivos, além de promover a educação em saúde para toda a população.

Apesar de terem sido identificadas deficiências tanto na assistência como na qualidade dos serviços prestados, os profissionais de enfermagem que atuam no âmbito do planejamento familiar na atenção básica desempenham um papel positivo na promoção da qualidade de vida sexual tanto para homens quanto para mulheres. Isso ocorre por meio da oferta de educação em saúde individual e coletiva, consultas de enfermagem, escuta atenta, disponibilidade de métodos contraceptivos e ao envolvimento do paciente na tomada de decisões sobre o método a ser utilizado.

O planejamento familiar é essencial para melhorar a assistência de saúde, no entanto, é necessário que haja um esforço contínuo para educar a população, especialmente através da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Embora o índice de natalidade tenha diminuído ao longo das décadas, ainda é necessário reduzi-la, principalmente entre as comunidades mais carentes. O trabalho realizado mostra que as ações de planejamento familiar devem ser intensificadas em grupos estatisticamente mais vulneráveis, como adolescentes e homens.

É relevante ressaltar que gestações não planejadas contribui para um aumento expressivo no número de abortos, acarretando consequências que abrangem desde problemas psicológicos até complicações físicas, resultando em um aumento na morbimortalidade materno-infantil. Portanto, a disseminação de informações desempenha um papel central na prevenção de gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Seria ideal que todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estabelecessem um

protocolo eficaz de planejamento familiar, considerando as particularidades da população atendida. Nesse sentido, é de extrema importância garantir uma orientação adequada à população e facilitar o acesso aos métodos contraceptivos disponíveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rebeca A. A. S. A. *et al.* Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista brasileira de enfermagem**. São Luís - MA, ed.5, p.1087-1094, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/rj/reben/a/p4gD43L6gJhMZv3yGkRfvmM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ANAHP. **Com 55% de gestações não planejadas, Brasil falha na oferta de contracepção eficaz**, jun. 2018. Disponível em <https://www.anahp.com.br/noticias/com-55-de-gestacoes-nao-planejadas-brasil-falha-na-oferta-de-contracepcao-eficaz/> Acesso em: 18 set. 2023.

BATISTA, Claudiane M. M. **Gravidez adolescência: riscos e desafios encontrados pela enfermagem**. Monografia (bacharelado em enfermagem) - Centro Universitário AGES, Paripiranga, Bahia 2021. p.61.

BAYER. **Gravidez não planejada atinge 62% das mulheres no Brasil**, abr. 2022. Disponível em <https://www.bayer.com.br/pt/blog/gravidez-nao-planejada-atinge-62-mulheres-brasil#:~:text=Cerca%20de%2062%25%20>

[das%20mulheres,Intelig%3%AAncia%20 em%20 Pesquisa%20 e%20 Consultoria](https://www.bayer.com.br/pt/blog/gravidez-nao-planejada-atinge-62-mulheres-brasil#:~:text=Cerca%20de%2062%25%20)). Acesso em: 02 set. 2023.

BEZERRA, Isaac N. M. *et al.* Ações de educação em saúde e o planejamento familiar: um relato de experiência. **Revista Ciência Plural**, v.4, n.3, p.82-90, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/17293>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis. **Casos de Aids diminuem no Brasil**, agora. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/casos-de-aids-diminuem-no-brasil>. Acesso em: 22 ago. 2023.<sup>a</sup>

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria no 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção primária à saúde (SAPS) **principais ações em saúde para prevenção da gravidez na adolescência**, fev. 2020. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/noticia/7196>. Acesso em: 25 ago. 2023.<sup>a</sup>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção primária à saúde (SAPS). **Caderno de Atenção Básica Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília, 2013. Disponível

[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_sexual\\_saude\\_reprodutiva.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf). Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Ministério dos direitos humanos e da cidadania. **Casos de gravidez na adolescência diminuíram, em média, 18% desde 2019**, fev. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/casos-de-gravidez-na-adolescencia-diminuiram-em-media-18-desde-2019> Acesso em: 27 ago. 2023.<sup>b</sup>

BRASIL. Ministério dos direitos humanos e da cidadania. **Protege Brasil: O Governo Federal institui programa de proteção integral da criança e do adolescente**, mai.2022. Disponível <https://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/noticias-maio-laranja/protege-brasil-governo-federal-institui-programa-de-protecao-integral-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 28 ago. 2023.<sup>c</sup>

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o §7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federal do Brasil**, Brasília, DF; 1996.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis 2022** - Número Especial | out. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-epidemiologico-de-sifilis-numero-especial-out-2022>. Acesso em: 09 set. 2023.<sup>d</sup>

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2022** - Número Especial | Dez. 2022. Disponível em [https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2022/hiv-aids/boletim\\_hiv\\_aids\\_2022\\_internet\\_31-01-23.pdf](https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2022/hiv-aids/boletim_hiv_aids_2022_internet_31-01-23.pdf). Acesso em: 23 set. 2023.<sup>e</sup>

CORRÊA, Daniele A. S. *et al.* Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-10, 2017. Disponível

m  
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/tNwYHBxjZp84G3HznP8tnRv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DOMBROWSKI, Jamille G.; PONTES, Jéssica A.; ASSIS, Walédya A. L. M. Atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 6, n. 66, p. 827-832, 2013. Disponível

m  
<https://www.scielo.br/j/reben/a/fQNhCRSvmzhFdmyfH9tX6Nx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

FERREIRA, Rebeca V. COSTA Mônica R.; MELO, Delaine C. S. Planejamento familiar: gêneros e significados. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 13, n. 2, p. 387–397, 2014. Disponível em

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17277>. Acesso em: 13 set. 2023.

FIOCRUZ. **Dezembro Vermelho: o que você precisa saber**, dez. 2021. Disponível: <https://portal.fiocruz.br/noticia/dezembro-vermelho-o-que-voce-precisa-saber> Acesso em: 13 set. 2023.

GALVÃO, Maria C. B. RICARTE, Ivan L. M. Revisão Sistemática Da Literatura:



Conceituação, Produção e Publicação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 18 set. 2023.

GONÇALVES, Randys C.FALEIRO, José H.; MALAFIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **HOLOS**, v. 5, p. 251–263, 2013. Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>. Acesso em: 12 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde 2019: ciclos de vida: Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021, p.132. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

JUNIOR, Juracy A.S.S; BARBOZA, Nayla A. Planejamento familiar em uma unidade básica de saúde no município de Santa Filomena-Piauí. **UNA-SUS**, p.1-16, 2021. Disponível em <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/20456?mode=full>. Acesso em: 20 set. 2023.

KRUG, João C. *et al.* **Protocolo municipal do planejamento familiar programa:saúde da mulher e saúde do homem**. Chapadão do Sul, MS 2020. Disponível em: <https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Protocolo-Municipal-Planejamento-Familiar.pdf>. Acesso em: 21 set 2023.

LAIS. **Projeto “Sífilis Não” muda cenário da IST no Brasil**, out. 2021. Disponível em <https://lais.huol.ufrn.br/projeto-sifilis-nao-muda-cenario-da-ist-no-brasil/>. Acesso em: 21 set. 2023.

LOPES, Olivia C.A *et al.* Competências dos enfermeiros na estratégia Saúde da Família. **Revista Escola Anna Nery**, v.24 n.2, p.1-8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/zB5Npy99wyPDGX4jXzdNDYp/>. Acesso em: 29 set. 2023.

MACHADO, Ana L.V.S.R. **Aborto e planejamento familiar: uma abordagem a partir do direito de família e da dignidade da pessoa humana**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em direito, Centro Universitário Curitiba, Faculdade de Direito de Curitiba, Paraná-Curitiba, 2023.

MARANHÃO, Thatiana A.; GOMES, Keila R. O.; BARROS, Idna C. Fatores preditores do abortamento entre jovens com experiência obstétrica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.19, n.3, p.494-508, 2016. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/309876488\\_Fatores\\_preditores\\_do\\_abortamento\\_entre\\_jovens\\_com\\_experiencia\\_obstetrica](https://www.researchgate.net/publication/309876488_Fatores_preditores_do_abortamento_entre_jovens_com_experiencia_obstetrica). Acesso em: 8 set. 2023.

MARTINS, Maria F. M. **Estudos de revisão de literatura**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ICT, 2018. Disponível em [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29213/Estudos\\_revisao.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29213/Estudos_revisao.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 19 set. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional**. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional>. Acesso em: 28 ago. 2023.<sup>b</sup>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolo da Atenção básica saúde das mulheres. **Instituto Sírio-libanês de ensino e pesquisa**, Brasília, DF 2016. Disponível em

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_atencao\\_basica\\_saude\\_mulheres.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção à saúde (SAPS). **O Ministério da Saúde lança Campanha Nacional de Combate às Sífilis Adquirida e Congênita em 2021**, out. 2021. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/noticia/14217>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção primária à saúde (SAPS). **Gravidez na adolescência: saiba os riscos para mães e bebês e os métodos contraceptivos disponíveis no SUS**, fev. 2023. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/noticia/20536>. Acesso em: 15 ago. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em planejamento familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher**. Brasília, 2022. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOURA, Samy L. O. et al. Percepção das mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Revista Escola Anna Nery** ed. 25, v.12021.

Disponível

em

[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452021000100217](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452021000100217). Acesso em: 21 set. 2023.

MURAKAMI, Helena A. G. **Métodos contraceptivos: um panorama sobre o acesso e utilização pelas mulheres no sistema único de saúde**. Trabalho de Conclusão de (Curso de Farmácia-Bioquímica – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em <https://repositorio.usp.br/directbitstream/e784d6ab-b0be-4ce9-90e6> Acesso em: 20 ago. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS: 1 milhão de novos casos de ISTs curáveis são registrados diariamente no mundo**, jun. 2019. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/83361-oms-1-milh%C3%A3o-de-novos-casos-de-ists-cur%C3%A1veis-s%C3%A3o-registrados-diariamente-no-mundo> Acesso em: 13 ago. 2023.

NASCIMENTO, Marcia S. LIPPI Umberto G, SANTOS Álvaro S. Vulnerabilidade social e individual e a gravidez na adolescência. **Revista de Enfermagem Atenção Saúde**, v.7 p.15-29, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.18554/reas.v7i1.1890>. Acesso em: 27 ago. 2023.

OPAS. **América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo**. 2018. Disponível em <https://www.paho.org/pt/noticias/28-2-2018-america-latina-e-caribe-tem-segunda-taxa-mais-alta-gravidez-na-adolescencia-no>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RETS - Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde. **Planejamento familiar/Contraceção**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/planejamento-familiarconcepcao>. Acesso em: 05 out. 2023.

RIBEIRO, Amanda G. **Gravidez na adolescência e o papel da enfermagem**. Monografia (Curso Técnico em Enfermagem) - Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde -

Escola GHC, Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016. p.16. Disponível em <https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2016/35548/35548-1198.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

RIOS Giovana M.B., *et al.* Papel do planejamento familiar na atenção primária à saúde: métodos mistos de análise de dados. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3429, 2023. Disponível em <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3429>. Acesso em: 9 set. 2023.

TELO Shana V.; WITT Regina R. Saúde sexual e reprodutiva: competências da equipe na Atenção Primária à Saúde. **Revista Ciência e saúde coletiva**, v.23, n. 11,p.3481-3490, 2018. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/csc/a/f5ScjnT5qBNGwvv7yGwYzMj/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2023.

TRINDADE, Raquel E. *et al.* Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, v. 26. p. 3493-3504. 2019. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/csc/a/wYMBdngQjR9dRs48jbjwCjVl/>. Acesso em: 05 out.2023.

UNA-SUS. **Conheça mais sobre os métodos contraceptivos distribuídos gratuitamente no SUS.** 2015. Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/conheca-mais-sobre-os-metodos-contraceptivos-distribuidos-gratuitamente-no-sus>. Acesso em: 3 set. 2023.

VENTURA, Hemilly N. *et al.* O papel do enfermeiro no programa de planejamento reprodutivo: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, ed. 96. n. 40. p.1-10. 2022. Disponível em <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1445>. Acesso em: 05 out. 2023.